



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Parecer CCJ e CFO ao PJCE nº 01/2018 – Contas do Executivo 2014. Fls. 01/04.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (1 - CCJ) e FINANÇAS E ORÇAMENTO (2 - CFO)

	<u>PJCE Nº 01/2018</u>	<u>JULGAMENTO DAS CONTAS DO EXECUTIVO</u>
ASSUNTO:	Contas do exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Jacareí.	
AUTORIA:	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	

Os integrantes das Comissões Permanentes de **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA e FINANÇAS E ORÇAMENTO**, reunidos na presente data para avaliar o expediente discriminado em epígrafe, registram as seguintes considerações:

RELATÓRIO

A prestação de contas do Poder Executivo Municipal de Jacareí, relativa ao exercício de 2014, foi objeto do Processo nº TC – 00454/026/14, promovido pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Após análise da documentação apresentada pelo então Prefeito Municipal de Jacareí, o E. Tribunal emitiu parecer desfavorável às contas de 2014.

Quanto à matéria jurídica, a Secretaria de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal emitiu o parecer pela regular continuidade do procedimento.

Foi a documentação remetida às Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, para manifestação, nos termos do artigo 131, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

O ex-Prefeito, responsável pelas contas do exercício supra indicado, foi devidamente citado (fls. 187) em 04/05/2018 para apresentar defesa, conforme determina o Regimento Interno.

No exercício de seu direito, em 24/05/2018, o interessado apresentou defesa as fls. 191/203, ocasião em que expos suas considerações, bem como



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Parecer CCJ e CFO ao PJCE nº 01/2018 – Contas do Executivo 2014. Fls. 02/04.

requereu a produção de provas pericial, documental e testemunhal. Requereu, ainda, a formação de uma Comissão Especial para avaliação das sobreditas contas.

FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE

Inicialmente, é relevante destacar que a defesa apresentada pelo ex-alcaide se afigura manifestamente intempestiva. Considerando a data de sua citação, bem como a data de oferta da peça defensiva, verifica-se que em 19/05/2018 se ultimou o prazo de 15 (quinze) dias especificado pelo artigo 28, inciso VII, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município.¹

Deste modo, a alegação de mérito, bem como a produção de provas solicitadas pelo interessado, ante a comprovada intempestividade, restariam prejudicadas por tal motivo.

Contudo, a fim de privilegiar a ampla defesa e o contraditório, passamos a analisar o articulado defensivo.

Ante as considerações trazidas pelo ex-prefeito, somos compelidos a concordar com as razões aduzidas pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, uma vez que a defesa do então prefeito Hamilton Ribeiro Mota não logrou êxito em afastar os apontamentos da auditoria fiscal.

Restou validada a aplicação do percentual de 98,97% da receita do FUNDEB auferida em 2014. Posto isto e considerando que o interessado não logrou

¹ Artigo 28 - Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:
(...)

VII – tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados de sua citação, sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, observados os seguintes preceitos:

a) a citação do Prefeito será feita através de ofício, oferecendo-lhe a oportunidade de apresentar, perante as pertinentes Comissões Permanentes do Legislativo, sua defesa escrita e provas documentais, **no prazo de 15 (quinze) dias**, sendo que também deverá ser comunicado, com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, da data e horário da sessão legislativa de julgamento das contas, onde ser-lhe-á concedido o tempo de 30 (trinta) minutos para, pessoalmente ou representado por seu advogado devidamente constituído, sustentar defesa oral;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Parecer CCJ e CFO ao PJCE nº 01/2018 – Contas do Executivo 2014. Fls. 03/04.

comprovar a utilização da expressiva parcela diferida (ou seja 1,03%), no valor total de R\$ 674.743,27, concluímos que as presentes contas **não** reúnem condições de receber o beneplácito desta Comissão.

Saliente-se também que a Prefeitura de Jacareí ao longo dos últimos anos **não** vem cumprindo o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07, sendo um dos fatores determinantes para emissão de parecer desfavorável. Em 2011, (TC 1324/026/11) aplicou 24,51% no ensino global e 99,05% dos recursos do FUNDEB; em 2012, (TC 1913/026/12) aplicou 24,24% no ensino global e 97,07% do total das transferências do FUNDEB e, em 2013, (TC 1981/026/13) aplicou 98,72% das receitas do FUNDEB.

Mesmo tendo sido entregue fora do prazo, em 24/05/2018, as Comissões analisaram a Defesa Escrita apresentada pelo ex-Prefeito e, a teor dos pedidos nelas formulados, registramos as seguintes considerações:

- Manifestamo-nos pela rejeição do pedido de nomeação de Comissão Especial para a análise das contas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Jacareí, tendo em vista que as Comissões Permanentes de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento já têm, por força da Lei Orgânica do Município de Jacareí e do Regimento Interno desta Câmara Municipal, competência para tal, sendo certo que atualmente inexistente previsão legal para tal providência;

- Manifestamo-nos pela rejeição do pedido de envio de ofício à Prefeitura Municipal de Jacareí para apresentação da documentação solicitada, uma vez que o ônus da prova cabe à parte interessada. Nesse sentido, não foi juntado aos autos nenhum documento que comprovasse, ao menos, a tentativa de busca desses documentos e sua eventual recusa ou omissão pelo Poder Executivo Municipal, não trazendo assim qualquer legitimidade de busca pela Câmara Municipal;

- Manifestamo-nos pela rejeição do pedido de produção de prova pericial, uma vez que o próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apresenta quadro técnico especializado para avaliar a questão sob exame, tendo se



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

Parecer CCJ e CFO ao PJCE nº 01/2018 – Contas do Executivo 2014. Fls. 04/04.

debruçado sobre ela em três oportunidades, obedecendo a requerimento da própria defesa; e

- Por fim, manifestamo-nos também pela rejeição do pedido de produção de prova testemunhal, uma vez que tal providência, dada a natureza da matéria, não alteraria o cenário probatório, tampouco as conclusões da Corte de Contas;

Ressalta-se que, pela análise documental, foram respeitados o amplo direito de defesa e o contraditório.

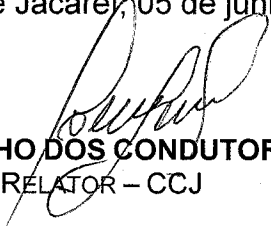
Assim, após análise de todo conteúdo, chega-se à conclusão de que as contas da Prefeitura de Jacareí relativas ao exercício de 2014 **não estão em condições de merecer juízo de regularidade**, a despeito dos argumentos apresentados.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, superada a desídia do interessado, em razão do descumprimento do prazo para apresentação de sua defesa e, conhecida a defesa apresentada, entendemos inexistirem maiores considerações a serem tecidas nesta oportunidade, manifestamo-nos pela **REJEIÇÃO** das contas do exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Jacareí, em consonância com o parecer exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Câmara Municipal de Jacareí, 05 de junho de 2018.


DRA. MÁRCIA SANTOS
PRESIDENTE – CCJ


PAULINHO DOS CONDUTORES
RELATOR – CCJ

LUÍS FLÁVIO
MEMBRO – CCJ


DR. RODRIGO SALOMON
PRESIDENTE – CFO


ABNER DE MADUREIRA
RELATOR – CFO

PAULINHO ESPORTE
MEMBRO – CFO